

# Maílson só comentará quando tiver detalhes

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, só comentará as medidas propostas pelo Congresso Nacional para conter a inflação e assegurar o processo de transição política quando tiver nas mãos uma cópia do documento que o senador Nelson Carneiro entregará ao presidente Sarney. Maílson, que esteve ontem à noite em São Paulo, participando de um jantar com representantes da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, prossegue hoje, no Rio de Janeiro, os contatos com lideranças empresariais. Desta vez o encontro será com o empresário do setor exportador.

No Ministério da Fazenda, as primeiras reações à iniciativa do Congresso foram de cautela, com os principais assessores do ministro Maílson aguardando a divulgação do documento assinado pelas lideranças do Congresso Nacional. "Até onde se sabe, as propostas do Congresso vêm de encontro aquilo que já vinha sendo defendido pelo poder Executivo", comentou um assessor, referindo-se ao enxugamento da máquina administrativa do Estado através de demissões de funcionários, extinção de órgãos e privatização de estatais. "Também não há novidade alguma no que se refere à determinação de o Governo só gastar aquilo que arrecada", concluiu. Sabe-se, porém, que a linha das

propostas do Congresso Nacional é bastante genérica e que tem por objetivo sinalizar em que direção o Executivo poderá avançar. Por isso, embora o documento ainda não seja conhecido na íntegra pelos técnicos do Ministério da Fazenda, as propostas do Legislativo estão sendo vistas muito mais como um avanço político do que propriamente como um conjunto de medidas econômicas dotadas de consistência. E é nesse sentido, por exemplo, que os ministros da área econômica poderão sair fortalecidos para o amplo processo de negociação interna e externa que deverá se estender até a posse do novo Governo.

A nível interno, o pacto do Congresso abre espaço, por exemplo, para ciaçâncias mais amplas em torno do pacote tributário que o Governo pretende encaminhar ao Congresso, cumprindo o que determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Da mesma forma, a nível externo, o ministro Maílson poderá participar da próxima reunião com o Fundo Monetário Internacional — a ser realizada em Washington, na primeira quinzena de setembro — respaldado pela decisão do Congresso Nacional de apoiar uma nova moratória caso as negociações para redução do estoque e dos encargos da dívida não cheguem a bom termo ou caso as reservas cambiais sejam comprometidas.